

A Batalha dos Atoleiros

I. Contexto político anterior à Batalha dos Atoleiros:

Após o reconhecimento do reino de Portugal e de D. Afonso Henriques como seu monarca, em 1179, pelo Papa Alexandre III, através da bula "*Manifestis probatum est*", Portugal experimentou nos dois séculos seguintes um crescimento significativo, tanto em termos geográficos, como económicos e demográficos.

Quando, em 1367, D. Fernando subiu ao trono encontrou o reino numa situação relativamente desafogada. Contudo, envolveu-se em três malogradas guerras com Castela e deixou-se influenciar pela rainha D. Leonor Teles e seus partidários, lançando o País numa situação economicamente delicada e numa grave crise política. No final do reinado de D. Fernando, o tesouro régio estava depauperado, os preços subiam em face da quebra continuada da moeda e o nível de vida das populações baixara significativamente.

Após a terceira guerra com Castela, em 1382, D. Leonor Teles, o Conde João Fernandes Andeiro e muitos nobres entenderam que uma união com Castela seria a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com um secular conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real. Desta forma, promoveram a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, em 6 de Abril de 1383, no qual se previa o casamento de D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. Juan I de Castela, que enviudara no início desse ano. Segundo este Tratado, D. Leonor Teles, após a morte de D. Fernando, seria a regente da Coroa Portuguesa até que D. Beatriz tivesse um filho varão e este atingisse os 14 anos. A Coroa Portuguesa passaria então a pertencer aos descendentes do Rei de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo. Esta situação significava que o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal. O casamento real teve lugar em Maio de 1383, nas povoações raianas de Elvas (a 14 de Maio) e de Badajoz (a 17 do mesmo mês).

Quando D. Fernando morre, em 22 de Outubro de 1383, a situação que se cria, decorrente do Tratado de Salvaterra de Magos, provoca mal-estar e não agrada a um largo sector da nobreza de Portugal. Na corte portuguesa um personagem se destacava. Era João Fernandes Andeiro, um galego que apoiara o sonho expansionista de D. Fernando e mais tarde contribuía para a elaboração do Tratado de Salvaterra. Muitos afirmavam também que era amante da rainha, D. Leonor Teles. O Conde Andeiro era um mestre da política internacional e manobrava habilmente os interesses e as emoções de D. Fernando e D. Leonor. Após a morte de D. Fernando, tornou-se o principal valido e conselheiro de D. Leonor.

Um largo sector da sociedade portuguesa entendia que o Infante D. João, meio-irmão de D. Fernando e filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, teria direito ao trono. Um grupo minoritário defendia, no entanto, as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I.

Após alguma hesitação, o Mestre de Avis mata o Conde João Andeiro nos Paços da Rainha, em 6 de Dezembro de 1383. Conhecido este facto, rapidamente se alargou o número de apoiantes do Mestre de Avis, sobretudo nas maiores cidades do reino, como foi o caso de Lisboa. Com efeito, ao ter conhecimento desta notícia, o povo de Lisboa amotina-se e proclama D. João, Mestre de Avis, como "Regedor e Defensor do reino". No resto do país,

muitos dos nobres e alcaides de castelos, em obediência ao contrato de Salvaterra de Magos, continuam, contudo, a respeitar a rainha D. Leonor Teles e a aceitar a sua autoridade. Gera-se assim uma grave crise política, cujo desfecho estava ainda longe de se poder descortinar.

II. Causas da crise de 1383 a 1385:

Analisando a crise política de 1383 a 1385 em maior profundidade, é possível referir que vários factores políticos, económicos e sociais estiveram na sua origem.

A primeira razão que podemos apontar para esta crise, residiu nas divisões e rivalidades existentes dentro da nobreza portuguesa. Com efeito, desde o reinado de D. Afonso IV, que se iniciou em 1325, foi-se progressivamente operando uma profunda recomposição da alta nobreza, ou seja, das famílias nobres que frequentavam normalmente a corte e que beneficiavam prioritariamente de favores régios, como a atribuição de títulos, ou a concessão de recompensas. Em face deste processo de transformação, esta alta nobreza, aquando da morte de D. Fernando, era quase que exclusivamente composta por famílias de exilados castelhanos e galegos, como os Castros e sobretudo os Teles, que desde o reinado de D. Afonso IV se haviam refugiado em Portugal devido às guerras civis em Castela. Estas famílias foram progressivamente ganho influência e poder dentro da corte portuguesa, sobretudo pela mão de D. Pedro I e mais tarde de Dona Leonor Teles, embora o seu número de elementos fosse relativamente reduzido.

Aquando da morte de D. Fernando, existia portanto um grande número de famílias antigas, que podemos classificar como pequena e média nobreza, que tinha perdido progressivamente o seu poder, e que se encontrava naturalmente descontente. Esta situação foi naturalmente geradora de tenções e mal estar, que favoreciam o desejo de alterações profundas dentro de várias famílias da nobreza portuguesa. Este desejo de alterações foi então facilitado e teve uma clara oportunidade de se expressar, pelo facto de D. Leonor Teles e os seus aliados defenderem uma solução política para Portugal que consistia na perda de independência para o Reino de Portugal. Esta solução não só era discutível legalmente, como era sobretudo do desagrado da grande maioria da população portuguesa.

Do lado de D. Leonor Teles não estava contudo apenas a alta nobreza. Estavam também alguns nobres que obtiveram de D. Leonor postos de confiança, como o cargo de alcaides de castelos, ou de deverem os seus laços matrimoniais a D. Leonor. Estão neste caso Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide do castelo de Chaves, Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide do castelo de Olivença, João Afonso Pimentel, senhor de Bragança, Fernão Gonçalves de Meira, alcaide do castelo de Torres Vedras, Fernão Gonçalves de Sousa, alcaide do castelo de Portel, ou Gonçalo Vasques de Azevedo. Pelas relações pessoais que se estabeleceram com D. Leonor Teles, estes nobres ser-lhe-ão sempre fieis e defenderão os seus castelos contra D. João I, em muitos casos até depois da Batalha de Aljubarrota.

Todas as referidas contradições e tenções sociais existentes dentro da nobreza portuguesa, vieram á superfície após a morte de D. Fernando. Com efeito, em face de uma indefinição política que então se gerou, pelo facto de D. Fernando não ter deixado nenhum filho herdeiro, e pela perspectiva de uma invasão estrangeira, movida por D. Juan I de Castela, criaram-se condições objectivas para uma divisão e confrontação entre os diversos grupos sociais existentes, exteriorizando tenções acumuladas ao longo de décadas. Do lado de D. Leonor Teles estavam todos os interessados na manutenção da situação política e económica vigente,

enquanto do lado de D. João Mestre de Avis se encontravam todos os que pretendiam a sua profunda alteração.

É contudo justo referir que existe também um importante número de famílias da nobreza tradicional portuguesa, que por não se sentir identificada com nenhuma das duas referidas facções, adopta no início da crise, uma posição neutra, ou de apoio ao Infante D. João, filho de D. Pedro I, então preso em Castela por ordem de D. Juan de Castela. Encontram-se neste caso as famílias Pacheco, Cunhas, Coelhoos ou Coutinhos. Com o evoluir da crise política, a partir de 1383, estas famílias foram adoptando sucessivamente posições, em face do desenrolar dos acontecimentos políticos e militares.

Em segundo lugar é também importante referir outro grupo social que então se encontrava claramente descontente. Eram os filhos não primogénitos e bastardos, pois desde á muitos anos se viam afastados do acesso ao património familiar, em face das regras sucessórias existentes. Esta situação fez com que muitos membros de famílias portuguesas optassem por carreiras dentro das Ordens Militares, como forma de promoção social e de acesso á nobreza. Exemplos de famílias onde, por estas razões, muitos dos seus membros se especializaram na arte da guerra, são os Leitões, os Teixeiras, os Carvalhos, os Barretos e obviamente os Pereiras, onde se incluía Nuno Álvares Pereira. Estes membros de famílias portuguesas aderiram na sua quase totalidade á causa do Mestre de Avis, por verem neste partido a forma mais evidente de adquirirem direitos sociais e políticos, que até então lhe eram negados.

Mas a razão principal da crise de 1383 a 1385 foi o descontentamento popular, resultante tanto da degradação das condições de vida da generalidade da população, como da evolução política que o País tomava, onde se perspectivava a perda da sua independência.

A degradação das condições de vida resultavam de uma crise económica acentuada, que se verificava tanto em Portugal como na Europa, de sucessivas más colheitas agrícolas, inevitavelmente geradoras de fome, dos efeitos negativos das frequentes guerras contra Castela, e da ocorrência regular de diversas epidemias, como a Peste Negra. A responsabilidade para a degradação das condições era assim, e em primeiro lugar, atribuída ao poder instituído, ou seja, aos anos de governação de D. Fernando e de D. Leonor Teles.

Mas a insatisfação popular resultou também da perspectiva do Reino de Portugal perder a sua independência e de passar a ser governado por um rei estrangeiro. Esta insatisfação manifestou-se logo após a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, quando a regente D. Leonor manda apregoar por várias cidades de Portugal o pregão: “Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz nossa senhora”. Em várias povoações do Reino, como Lisboa, Santarém e Elvas, a população murmura e reage mal ao pregão. Esta reacção não resulta apenas de D. Leonor ser impopular, mas seguramente da perspectiva de domínio castelhano, que D. Beatriz inevitavelmente representava.

Mais tarde, após os acontecimentos em Lisboa, em 6 de Dezembro de 1383, onde D. João Mestre de Avis se afirma como líder, representando claramente uma alternativa política á união com o Reino de Castela, multiplicaram-se por todo o Reino, ao longo dos dois anos seguintes, exemplos de populações que aderem á sua causa. Encontra-se neste caso, e em primeiro lugar, a cidade de Lisboa, onde na própria noite de 6 de Dezembro o Mestre é aclamado pelo povo e onde, posteriormente, várias vezes lhe é solicitado que assuma o título de regedor e defensor do Reino. Em Janeiro, Almada e a cidade do Porto aderem ao Mestre. Mais tarde, em Maio,

Coimbra adopta a mesma posição. Podemos assim verificar que, rapidamente, as populações das principais cidades do Reino aderem ao Mestre.

Para alargar a sua base de apoio, D. João envia, logo a partir de Dezembro, emissários pelo Alentejo, onde ateiam uma verdadeira insurreição. As populações aderem ao Mestre e assaltam os respectivos castelos, como sucede em Beja, Portalegre, Estremoz e Évora. Noutros casos as populações apoiantes do Mestre de Avis tentam, sem sucesso, apoderar-se dos seus castelos, como sucede em Torres Vedras, Alenquer, Guimarães, Braga ou mesmo Santarém. Noutros casos ainda, como Tomar, Pinhel ou Montemor-o-Novo, a população, com o respectivo castelo, adere, sem luta, ao Mestre.

No sentido inverso não se conhecem casos. Com efeito, não se conhecem casos em que a população de uma povoação tenha aderido ao Rei de Castela, ou á sua esposa, D. Beatriz. Tal não significa que a maioria dos castelos existentes em Portugal não se tenham mantido fieis a D. Beatriz, mesmo até depois da Batalha de Aljubarrota. Estas posições dos alcaides nunca foram contudo representativas do sentimento das respectivas populações.

Mas este sentimento popular não se manifestou apenas na tomada de cidades ou castelos. Ele esteve sempre presente a partir de 1383, e manifestou-se de diversas formas e em diferentes ocasiões. Exemplos de manifestação desse sentimento popular foi a adesão imediata da povo de Lisboa á causa do Mestre de Avis, em Dezembro de 1383, ou a sua determinação em lutar pelo Mestre de Avis, em 1384, durante o terrível cerco de quatro meses a que Lisboa foi sujeita; ou a adesão do povo do Porto, em Janeiro de 1384, ao partido do Mestre, bem como a sua decisão, em Maio de 1384, de oferecer batalha aos castelhanos que ameaçavam cercar a cidade; ou a decisão do povo, que vivia em redor de Torres Vedras, de abandonar a cidade com o exército do Mestre de Avis, em Fevereiro de 1385, quando o Mestre desistiu do cerco que aí havia montado; ou a perseguição espontânea que muitas gentes fizeram aos homens de armas castelhanos, quando estes, em Agosto de 1385, fugiam para Castela, após a Batalha de Aljubarrota.

A sabedoria popular desde cedo soube identificar o partido que melhor garantias dava de defender as suas aspirações de curto e de longo prazo. Deste modo, do Minho ao Algarve, como maior ou menor evidência, a preferência das populações virou-se exclusivamente para D. João Mestre de Avis. Tratou-se de um fenómeno muito significativo, que contribuiu certamente para a consolidação da identidade nacional.

A reacção espontânea do povo foi a de aderir ao partido do Mestre de Avis, que não era responsável pela degradação económica dos anos anteriores, e simbolizava uma solução portuguesa para a crise política. D. Leonor Teles não representava seguramente uma solução para qualquer destas questões, pois além de estar associada á degradação económica existente, proclamara a sua filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela, como rainha de Portugal. O infante D. João também não representava essa solução política, pois vivia á vários anos em Castela, onde estava preso desde Outubro de 1383. Deste modo, o único pretendente que poderia permitir uma solução de independência do Reino de Portugal era claramente o Mestre de Avis. O seu comandante militar, D. Nuno Álvares Pereira, salientou muitas vezes este aspecto, como elemento de união entre os portugueses, nomeadamente nos momentos que antecederam as suas batalhas, ao referir frequentemente a necessidade de se fazer frente á invasão estrangeira.

A invasão de Portugal por um exército estrangeiro, tanto em 1384, como em 1385, obrigou a que os diferentes grupos sociais tivessem de optar por um dos lados em confronto. O apoio essencial foi contudo concedido pelo povo, ao reconhecer em D. João I a figura que melhor poderia assegurar a resolução dos seus problemas económicos e a defesa da independência do Reino de Portugal.

Em conclusão, é possível afirmar que existiram várias razões para a crise de 1383 a 1385. O partido do Mestre de Avis pôde então contar com o apoio de diversos grupos sociais, nomeadamente de certa burguesia e de uma parte importante da pequena e média nobreza portuguesa. Pôde também contar com um chefe militar excepcional, Nuno Álvares Pereira, que em muitos casos difíceis soube, com a sua coragem e eficácia, assegurar o rumo certo do desenrolar dos acontecimentos. Mas estes factores favoráveis nunca teriam proporcionado quaisquer hipóteses de sucesso a D. João Mestre de Avis, se a maioria esmagadora do povo, nomeadamente nas principais cidades, não tivesse aderido progressiva e espontaneamente á sua causa.

III. Descrição dos acontecimentos:

Ainda em Dezembro de 1383, e constatando a situação de incerteza e de indefinição política que se verificava, o Mestre de Avis envia emissários a D. Leonor Teles, que saíra já de Lisboa e se encontrava em Alenquer. Levavam-lhe uma proposta de casamento entre ela e o Mestre de Avis. Segundo esta proposta, o Mestre de Avis e D. Leonor Teles assumiriam a regência do Reino, até que o filho de D. Beatriz atingisse 14 anos e pudesse reinar. Após esse facto, o Mestre de Avis seria o governador do Reino. D. Leonor Teles recusa a proposta. Os partidários do Mestre começam então a preparar a defesa militar de Lisboa.

Depressa se percebeu a importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372 (o Tratado de Tagilde), e particularmente o apoio do Duque de Lencastre, John of Gaunt, que tinha pretensões ao trono castelhano. Desta forma são enviados, ainda em Dezembro de 1383, embaixadores a Londres, que são recebidos por Ricardo II e pelo Duque de Lencastre. A resposta do rei de Inglaterra foi favorável aos pedidos do Mestre, permitindo que os embaixadores portugueses recrutassem em Inglaterra homens de armas e arqueiros. Em contrapartida, o Mestre de Avis aceitou as pretensões do Duque de Lencastre ao trono de Castela.

Em Dezembro de 1383, o Mestre, perante a solicitação do povo para que se chamasse Regedor e Defensor do Reino, vai ao Mosteiro de São Domingos onde o povo se junta. Aí aceitou ser “seu defensor e pôr o corpo a qualquer aventura por honra do reino e pela defesa deles”.

Ainda em Dezembro de 1383, um jovem nobre, Nuno Álvares Pereira, entrou em cena. Filho segundo, saído de uma família ligada à Ordem de S. João do Hospital, foi recebido pelo Mestre de Avis em Dezembro, a quem transmitiu o seu apoio, tornando-se desde então o “braço armado” do partido do Mestre. Com pouco mais de vinte anos, foi nomeado fronteiro do Alentejo e depressa mostrou a sua capacidade militar.

O Mestre nomeia o seu Conselho, tendo por chanceler João das Regras. Neste Conselho participa um eclesiástico e vários legalistas e burgueses. Mais tarde juntar-se-á Nuno Álvares Pereira.

Para alimentar a guerra, o Mestre recolhe donativos em dinheiro de moradores de Lisboa, e levanta empréstimos em dinheiro e em valores.

De Santarém, e ainda em Dezembro, D. Leonor Teles envia então cartas a D. Juan de Castela dando-lhe conta dos acontecimentos em Lisboa, e pedindo-lhe que entre em Portugal com o seu exército, para restabelecer a ordem e devolver-lhe a regência do Reino.

Em Janeiro, vários castelos de Portugal são tomados ou aderem ao Mestre de Avis, como Beja, Portalegre, Estremoz, e Évora. A cidade do Porto adere também ao Mestre.

D. Juan I de Castela recebe esta carta em Janeiro, quando já se encontrava com o seu exército em Portugal, na cidade da Guarda. Parte depois para Celorico, passa por Miranda do Corvo, por Tomar, onde se verifica uma escaramuça com portugueses. Continua depois pela Golegã até Santarém, onde entra a 12 de Janeiro.

Em Santarém assume o governo de Portugal após ter pressionado D. Leonor Teles a ceder-lhe a regência do Reino. D. Juan I viola assim o Tratado de Salvaterra de Magos, que previa que D. Leonor se mantivesse como regente de Portugal, até que o filho de D. Beatriz atingisse os 14 anos. D. Leonor sente-se atraída, e envia recados a vários alcaides de castelos que estavam por si, referindo-lhes que não entreguem os castelos a D. Juan I de Castela.

D. Juan I passa a chamar-se abertamente Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo e da Galiza. Manda em seguida cunhar moeda. Perante esta evolução era inevitável que a crise política iria ter uma solução militar.

Em Santarém, os castelhanos fazem desmandos, comportando-se como conquistadores. Alguns elementos de Santarém deslocam-se a Lisboa e incitam o Mestre a atacar o rei de Castela, “que eles os ajudariam”. Este plano não foi aceite, pois as barcas não chegariam mais longe senão até Muge.

D. Juan I de Castela envia então um destacamento de 1000 homens a Lisboa, pretendendo dar batalha a D. João, Mestre de Avis. O Mestre de Avis decide atacar estas forças castelhanas no Lumiar. Tal não chega contudo a suceder, pois os castelhanos furtam-se ao combate, retirando-se para Alenquer e para Torres Vedras.

Em Fevereiro D. Juan I de Castela opta por não iniciar o ataque a Lisboa, e decide dirigir-se para Coimbra para tomar o Castelo.

Ao descobrir uma conspiração de D. Leonor Teles contra ele, manda prendê-la e envia-a como prisioneira para o Convento de Tordesilhas, onde permanecerá até morrer.

Também em Fevereiro são aprisionados alguns navios de abastecimento castelhanos que entram na barra, com mantimentos para a frota castelhana que julgavam já estar em Lisboa, sendo o pescado utilizado pelo Mestre para o abastecimentos da capital e para o pagamento de soldos.

No final de Fevereiro D. Juan I de Castela desiste de tomar Coimbra, e dirige-se novamente para Santarém. Em Março sai de Santarém para Arruda, onde pondera entre cercar Lisboa, ou em atacar vários castelos que estão pelo Mestre de Avis. Opta por cercar Lisboa, logo que a frota castelhana chegue.

A frota castelhana começa a chegar em 26 de Maio, e em 29 de Maio o exército castelhano fecha o cerco á cidade. O quartel general do Rei de Castela é estabelecido em Santos-o-Velho.

Sendo entretanto informado de uma incursão castelhana no Alentejo, D. João nomeia, em Março, Nuno Álvares Pereira fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana, com poder absoluto, quer militar, quer económico ou político. Foi autorizado por D. João a escolher, em Lisboa, 200 cavaleiros, dos quais 40 cavaleiros da primeira nobreza, entre os quais se incluíram Rodrigo Afonso Pimentel, Diogo Lourenço, João Pires, Martim Cotrim, Fernando Martins Brandão, Gomes Martins Zagalo, Afonso Lourenço e Lopo Rodrigues Façanha. Teve também autorização para juntar á sua hoste cerca de 1.000 homens a pé. Nuno Álvares Pereira parte então para o Alentejo, sendo acompanhado por D. João até Coina, onde se despedem.

Nuno Álvares Pereira marcha por Setúbal, Montemor-o-Novo, Évora. Em Évora a população quis fazer-lhe uma aparatosa recepção, mas D. Nuno recusou-se por achar impróprio que se gastasse dinheiro com festas, quando ele tanta falta fazia para apetrechos de guerra. Aí recebe a informação de que os castelhanos haviam entrado no Alentejo, com o Almirante de Castela, o Conde de Niebla, o Almirante Mor da Andaluzia e os seus irmãos Pedro e Fernando, á frente de um poderoso exército que ia em direcção do Crato. De Évora escreve cartas a várias comarcas, pedindo o maior reforço possível em homens e cavaleiros. Foi limitada a resposta que obteve, tendo-se apenas juntado á sua hoste 30 cavaleiros.

Dirige-se depois para Estremoz, onde teve conhecimento que os castelhanos já estavam no Crato. Mandou então chamar gente dos arredores de Estremoz, bem como de Elvas e de Beja. Juntou estas forças no Rossio de São Braz em Estremoz, onde passou revista á tropa, composta por cerca de 300 cavaleiros, 1.100 homens a pé e 100 besteiros.

D. Nuno não fraquejou perante a grande desproporção de forças que teria de enfrentar. Opinião contrária tinham contudo os capitães que estavam debaixo das suas ordens, que tentaram dissuadi-lo a combater contra um exército muito superior e onde se encontravam dois dos seus irmãos. Para que os seus homens não tivessem dúvidas de que não hesitaria em combater os castelhanos por aí se encontrarem dois dos seus irmãos, D. Nuno referiu que combateria o exército estrangeiro, mesmo que aí estivesse o seu pai. Referiu depois:

“Amigos ! Bem sabeis que o Mestre me enviou a esta terra para que com a ajuda de Deus, vós e eu a defendamos de algum mal ou dano que os castelhanos lhe queiram fazer; e que esse feito lhes daria, para sempre, grande honra e bom nome; Grande bem faremos também a nós próprios em lutar, ao defender as nossas terras e bens, de que somos detentores”.

Ouvindo estas palavras, muitos que o ouviam disseram-lhe que no dia seguinte dariam a sua resposta, quanto a participarem no combate. Essa resposta acabou contudo por ser negativa. Perante esta resposta ficou D. Nuno muito irritado, e falando junto a um riacho que então havia no Rossio de São Braz, disse:

“Amigos ! Por serem muitos os castelhanos e grandes senhores, tanto maior honra e louvor vos virá de os vencerdes; e quanto a estarem com os castelhanos os meus irmãos, eu vos digo que defenderei a terra que me criou, e para terdes a certeza de que assim é vos prometo que, com a ajuda de Deus, serei o primeiro a iniciar o combate; e quanto a eles serem muitos e nós poucos, já muitas vezes sucedeu os poucos vencerem os muitos, porque a vontade de Deus é superior á dos homens; Rogo-vos assim que os que comigo quiserem ir a este combate que passem para

além deste riacho, e os que não quiserem que fiquem deste lado". Ouvindo isto, disse a maioria dos que o escutavam que queriam ir com ele.

No dia seguinte, 6 de Abril de 1384, D. Nuno mandou tocar as trompetas pelas 6 horas da madrugada, ouviu missa e depois parte com a sua gente em direcção a Fronteira, que estava então a ser cercada pelos castelhanos vindos do Crato. Parte D. Nuno com um exército de 1.500 homens. Pequena hoste, face á dimensão da tarefa que a aguardava.

Envia então alguns dos seus cavaleiros para obterem notícia de onde estavam os castelhanos. Ao encontro de Nuno Álvares Pereira veio um escudeiro castelhano, de nome Rui Gonçalves, trazendo-lhe grandes propostas de honras e mercês, desde de que se passasse para o partido de Castela. Referiu também que seria inútil com tão pouca gente combater contra tantos. D. Nuno tudo recusou, dizendo-lhe contudo "que fosse tão depressa quanto pudesse ter com os seus companheiros, pois estaria mais depressa do que julgavam próximo de Fronteira, pronto para o combate".

Ao ouvirem a mensagem de D. Nuno Álvares Pereira, os castelhanos deixaram os preparativos do cerco a Fronteira, e deslocaram-se na direcção do exército português, pela estrada que ia para Estremoz.

IV. O desenrolar do combate:

Chegado á Herdade dos Atoleiros, 2,5 Km a sul de Fronteira, Nuno Álvares Pereira suspendeu a marcha, e escolheu um local apropriado para colocar a sua hoste. Optou por um terreno ligeiramente inclinado, e que tinha em toda a extensão, na zona mais baixa, uma ribeira, chamada das Águas Belas. Tratou-se de um local extremamente bem escolhido, pois embora fosse aparentemente convidativo para um ataque, tinha diante de si uma ribeira, que não se vê a não ser de perto, e que era suficientemente larga e profunda para constituir um fosso. Por outro lado ao colocar os seus homens num local ligeiramente mais elevado, proporcionava um ângulo de tiro muito vantajoso para os besteiros.

Nuno Álvares tratou então de ordenar o seu pequeno exército. Em primeiro lugar mandou aprear toda a cavalaria, mal armada, e que seria incapaz de resistir ao choque dos esquadrões castelhanos. Seguidamente organizou com eles a vanguarda, as duas alas, colocando ainda alguns cavaleiros na retaguarda. Seguidamente colocou os besteiros pelas duas alas e também por detrás da vanguarda, de onde pudessem alvejar, com sucesso, os castelhanos quando estes se aproximassem. Distribuiu seguidamente os cerca de 1.100 homens a pé pela vanguarda, alas e retaguarda, sem contudo deixar de misturar no meio deles alguns cavaleiros da sua confiança, para os susterem, ou mesmo matar, em caso de que com medo dos castelhanos quisessem fugir. Formou portanto com os seus homens as quatro faces dum quadrado.

Antes da Batalha e diante do seu exército, Nuno Álvares Pereira, montado a cavalo referiu aos seus homens que tivessem presentes quatro coisas: Em primeiro lugar que se encomendassem a Deus e á Virgem Maria; Em segundo lugar que era ali que se servia o seu senhor, D. João Mestre de Avis, e se alcançaria a honra dada por Deus; Em terceiro lugar que ali vinham para defender as suas famílias, as suas casas e as suas terras, de modo a se libertarem da sujeição que el-rei de Castela lhes queria impor; e que finalmente se dispusessem a lutar não uma hora mas sim um dia.

Quando os castelhanos se aproximaram, Nuno Álvares Pereira, desmontou, beijou o solo e posicionou-se na vanguarda, colocando um bacinete sem viseira, e tomando nas mãos uma comprida lança. Tinha assim cumprido a promessa de ser o primeiro a iniciar o combate.

O exército castelhano era composto por cerca de 1.000 cavaleiros e 4.000 homens a pé. Chegados ao local, os castelhanos, ao verificarem quanto diminuta era a hoste portuguesa e a inferioridade do seu armamento, abandonaram a ideia de combaterem a pé e decidem montar os seus cavalos, convencidos de que a vitória estaria garantida.

Por volta das 12 horas, os castelhanos iniciaram o seu ataque de cavalaria, carregando com as compridas lanças debaixo das axilas e gritando “Por Castela e por Santiago!”. Avançaram então a galope em direcção aos portugueses. Ao se aproximarem dos portugueses, os castelhanos receberam em cheio os dardos e virotões desferidos pelas fileiras interiores do exército português, lançados por cima da vanguarda portuguesa. Também os peões portugueses lançavam pedras em direcção aos castelhanos.

Por outro lado a própria natureza do terreno, que neste local é bastante argiloso, fez com que vários cavalos tenham enterrado as suas patas no solo, deixando de conseguir avançar, o que muitas vezes provocou a queda dos respectivos cavaleiros. Todos estes factos provocaram que muitos cavaleiros e cavalos tenham caído por terra, o que por sua vez originou a queda de cavalos e cavaleiros que vinham atrás.

Mesmo assim muitos cavaleiros castelhanos chegaram ao contacto com os portugueses. Os portugueses situados na vanguarda tinham contudo, por ordem de Nuno Álvares Pereira, cravado obliquamente as suas lanças no chão, sendo cada lança segurada pelo braço de um homem. Constitui-se portanto uma frente cerrada, com dezenas de lanças apontadas obliquamente ao inimigo. Este facto fez com que muitos cavalos e cavaleiros inimigos se espetassem nas pontas das suas armas. Entretanto os peões e besteiros portugueses continuavam a lançar as suas pedras e virotões, provocando mortes e feridos no inimigo.

Não conseguindo penetrar no exército português, nem romper a sua vanguarda, os cavaleiros castelhanos continuaram a ser atingidos pelos portugueses, e perante o crescente número de cavalos e cavaleiros caídos por terra, a sua movimentação ia sendo cada vez mais difícil. Esta situação foi provocando uma crescente confusão na hoste castelhana. Muitos dos cavaleiros feridos tentavam voltar atrás, montando noutros cavalos, mas tropeçavam frequentemente em cavalos e cavaleiros prostrados no chão.

Em face desta situação, os castelhanos recuaram e agruparam-se. Efectuaram então um segundo ataque que foi igualmente mal sucedido, onde morreu o Mestre de Alcântara, Pero Gonçalves de Sevilha.

O terceiro e quarto ataques foram então efectuados contra as alas portuguesas, que continuaram contudo a resistir heróica e eficazmente. Com toda a probabilidade, nestes ataques castelhanos não participou apenas a cavalaria. Com efeito, a maioria do exército castelhano era composta por homens a pé, que terão também participado no ataque, acompanhando os seus colegas a cavalo. Sofreram contudo as mesmas dificuldades que os cavaleiros no avanço no terreno, ou seja, tanto devido á natureza do solo, como por serem atingidos pelas pedras, dardos e virotões dos portugueses. Alguns terão certamente chegado próximo da vanguarda portuguesa, mas não a conseguiram romper.

A Batalha foi relativamente rápida, tendo durado aproximadamente uma hora, ou seja, o tempo necessário para se realizarem quatro ataques. Com efeito, após verificarem que não conseguiam penetrar e vencer o exército português, os castelhanos saíram do campo de batalha, tendo então sido perseguidos por diversos cavaleiros portugueses, montados já nos seus cavalos. Esta perseguição, na qual participou também Nuno Álvares Pereira, durou até ao cair da noite, e desenvolveu-se por uma área de aproximadamente 6 ou 7 quilómetros a partir do campo de batalha, sobretudo na direcção de Monforte e do Crato.

Este combate não originou também um grande número de mortes, que ocorreram sobretudo no choque inicial entre as duas vanguardas. Do lado castelhano terão morrido cerca de 600 cavaleiros e homens a pé, ou seja, cerca de 12% do seu exército. Em contraste, as baixas do lado português terão sido praticamente nulas.

No dia seguinte á Batalha, D. Nuno Álvares Pereira dirigiu-se para Assumar, descalço e a pé, em agradecimento pelo resultado do combate e para fazer oração a Santa Maria desta Vila.

O segredo deste êxito português esteve na capacidade do seu comandante militar, Nuno Álvares Pereira, ao colocar o exército português de uma forma extremamente eficiente no terreno. Com efeito, a vanguarda portuguesa foi colocada numa posição defensiva, enquanto os atiradores se colocaram por detrás da vanguarda e nas alas do exército. Por outro lado Nuno Álvares Pereira colocou o exército português num local muito bem escolhido, num terreno mais elevado do que aquele que seria percorrido pelos castelhanos, e que se encontrava por detrás de uma ribeira. Esta ribeira era no entanto difícil de descortinar do local onde estacionaram os castelhanos, antes de atacar, mas que constituía uma autêntica trincheira. É certo que o efeito surpresa desta "trincheira" terá surtido pleno efeito apenas na primeira carga da cavalaria castelhana. Contudo, o conjunto dos factores favoráveis escolhidos e adoptados por Nuno Álvares Pereira para o seu exército, foram suficientes não só para desorganizar e criar o pânico dentro do exército castelhano, como para mais tarde os colocar em fuga, ao constatarem a sua incapacidade de romperem o exército português.

V. Consequências da Batalha dos Atoleiros:

A Batalha dos Atoleiros teve um enorme significado. Em primeiro lugar, e no aspecto militar, Atoleiros foi uma grande vitória portuguesa e exclusivamente protagonizada por efectivos portugueses, com grande protagonismo de forças oriundas do Alentejo, contra um exército muito superior.

Em segundo lugar, a Batalha dos Atoleiros significou o despontar da destreza e argúcia militar daquele que veio a ser um grande e respeitado chefe de guerra, D. Nuno Álvares Pereira. Para um pequeno povo que defrontava uma campanha e uma invasão de um grande e poderoso Reino, este acreditar na chefia militar foi fundamental para o moral, para cerrar fileiras e para enfrentar um inimigo superior em número e em material de guerra.

A Batalha dos Atoleiros representou também uma inovação táctica e militar, na medida em que, ao contrário do que era usual na época, a cavalaria teve ordem para desmontar e aguardar, a pé, a ofensiva inimiga.

Em terceiro lugar, o êxito alcançado na Batalha dos Atoleiros teve um enorme impacto psicológico nos apoiantes do Mestre de Avis e de uma forma geral em Portugal, ao demonstrar

que apesar de todo o seu poderio militar, os castelhanos não eram invencíveis. Esta constatação demonstrou aos portugueses, que se devidamente organizada e orientada, a luta pela independência do Reino poderia ser bem sucedida.

Paralelamente, a Batalha dos Atoleiros implicou uma alteração profunda na perspectiva dos castelhanos. Com efeito, os castelhanos chegaram a Atoleiros com uma confiança extrema, a roçar a sobrançeria. Com esta derrota inapelável e estrondosa, toda a confiança castelhana na sua qualidade e superioridade numérica foi abalada de alto a baixo, e a partir daí, a campanha começou a deixar de ser encarada como um passeio e uma mera acção de polícia.

Em quarto lugar, a Batalha dos Atoleiros constitui um acontecimento de extrema importância na chamada crise de 1383 a 1385, que consagrou e definiu, de uma vez por todas, a identidade de Portugal, como País, como povo e como nação. Esta consciência de independência nacional jamais se veio a perder, chegou aos nossos dias e certamente ficará para o futuro.

É assim possível afirmar que a partir de Atoleiros e da crise de 1383 a 1385, o país chamado Portugal perdeu a perspectiva de reino de organização baseada em laços feudais, para passar a dispor de uma consciência nacional, traduzida na noção de independência, na necessidade de fronteiras e de governo próprio, assegurado por nacionais e sem interferências estrangeiras.

O êxito alcançado na Batalha dos Atoleiros iniciou assim um processo notável de afirmação da nação portuguesa, sem o qual não teria sido possível nem Aljubarrota, nem mais tarde o Acordo de Paz com Castela, em 1411.